

## DA GEOGRAFIA VIVIDA À GEOGRAFIA ESTUDADA: PARA ALÉM DAS FORMALIDADES ACADÊMICAS - CONTRADIÇÕES, CONFLITOS E PROPOSIÇÕES<sup>1</sup>

FROM LIVED GEOGRAPHY TO STUDIED GEOGRAPHY: BEYOND THE ACADEMIC FORMALITIES – CONTRADICTIONS, CONFLICTS AND PROPOSITIONS<sup>2</sup>

DE LA GEOGRAFÍA VIVIDA A LA GEOGRAFÍA ESTUDIADA: MÁS ALLÁ DE LAS FORMALIDADES ACADÉMICAS – CONTRADICCIONES, CONFLICTOS Y PROPOSICIONES<sup>3</sup>

Silvio Simione da SILVA<sup>4</sup>  
[ssimione@bol.com.br](mailto:ssimione@bol.com.br)

### RESUMO

Este artigo é uma reflexão sobre a possibilidade de pensar, entender e analisar o conhecimento espacializante da Geografia, à luz da prática acadêmica do intelectual e da prática vivida por todos. Propõe-se a contribuir para dar noção de “conhecimento do senso espacializante” como *práxis* humana vital baseada numa geografia vivida que, em geral, é colocada um tanto distante da Geografia considerada científica. Então, busca-se por meio da análise crítica da visão paradigmática da Geografia, apresentar características fundamentais para desmascarar a complexidade de sua formação científica. A elaboração do artigo se deu a partir da revisão bibliográfica, sobreposta por raciocínios lógicos construídos pelas experiências vividas e experimentadas no trabalho com populações tradicionais. A luz disso procurou-se demonstrar que a Geografia acadêmica teve sua origem, na base epistemológica, no conhecimento de um “senso espacializante” das classes dominantes que, embora possa encontrar respaldo na praticidade das classes subalternas, apesar de terem sido, parcialmente, negligenciadas perante compromisso da Ciência com o Poder. Ciente de tais características instrumentais do conhecimento geográfico, aqui se ousou propor a superação deste histórico compromisso, defendendo outra lógica elaborada no meio acadêmico convencional, tendo na Geografia Crítica esta possibilidade norteadora; isto, não como modelo aplicável, mas como corrente para pensar e agir, buscando no conhecimento do “senso espacializante” das classes subalternas, os caminhos para o rompimento com a relação de subserviência ao poder dominante. Assim, poder-se-á ter uma gradativa retomada,

<sup>1</sup> Este artigo foi reelaborado a partir do texto proferido pelo autor, na conferência de abertura da Semana Acadêmica de Geografia – UFAC, 2013.

<sup>2</sup> This paper was elaborated from the text which based the speech given by the author at the opening of the conference “Geography Academic Week” – UFAC, 2013.

<sup>3</sup> Este artículo fue re-elaborado a partir de un texto proferido por el autor en la conferencia de apertura de la Semana Académica de Geografía – UFAC, 2013.

<sup>4</sup> Professor Doutor Associado I do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre – CFCH/UFAC.

da Geografia como Ciência com compromisso social, sobrepondo às tendências neutras, que na atualidade se recompõem e buscam dominação sobre o pensamento e a prática da Geografia contemporânea.

**Palavras-chave:** Geografia. Conhecimento informal. Conhecimento formal. Paradigmas. Produção do espaço.

## ABSTRACT

This paper is a thought concerning the possibility to think, understand and analyse the spatializing knowledge of Geography, enlightened by intellectual and academic practice, also, the practice experienced by all. It proposes the notion of “knowledge of spatializing sense” as a vital human praxis based on lived geography which, in general, is placed with some distance away from the scientific one. So, through critical analysis of Geography’s paradigmatic vision it attempts to present fundamental features to unveil the complexity of its scientific formation. The elaboration of this paper was based on bibliographical review, overlapped by logical reasoning constructed via experiences lived and experienced at work with traditional populations. In this light, it demonstrates that the epistemological basis of academic Geography has originated from the knowledge of “spatializing sense” of ruling classes which may find support at the convenience of subaltern classes while they have been partially neglected, in the face of Science commitment to Power. Aware of such instrumental features of geographical knowledge it dared to propose the overcome of this historical commitment, defending other logic, elaborated in the conventional academic field having Critical Geography guiding this possibility, not as an applicable model but as a stream to think and act, looking for directions to overcome the relationship of subservience to dominant power in the “spatializing sense” knowledge of subaltern classes. Therefore, there is a possibility to have a gradual recovery in Geography as a Science with social commitment, overlapping the neutral trends that currently recompose and seek to over dominate the thought and the practice of contemporary Geography.

**Keywords:** Geography. Informal knowledge. Formal knowledge. Paradigms. Production of space.

## RESUMEN

Este artículo es una reflexión sobre la posibilidad de pensar entender y analizar el conocimiento del espaciamento de la Geografía, a la luz de la práctica académica del intelectual y de la práctica vivida de todos. Se propone la noción de “conocimiento del sentido del espaciamento” como praxis humana vital basada en una geografía vivida que en general es colocada un tanto distante de aquella considerada científica. Se busca entonces, por medio del análisis crítico de la visión paradigmática de la Geografía, presentar características fundamentales para desenmascarar la complejidad de su formación científica. La elaboración del presente artículo se dio con la revisión bibliográfica, sobrepuesta por razonamientos lógicos construidos por las experiencias vividas y experimentadas en el trabajo con poblaciones tradicionales. A la luz de esto, se demuestra que la

Geografia acadêmica teve origem, em sua base epistemológica, em o conhecimento de um “sentido do espaçamento” de las clases dominantes que, aunque pueda encontrar respaldo en la practicidad de las clases subalternas, éstas han sido parcialmente remisas frente al compromiso de la Ciencia con el Poder. Conscientes de tales características instrumentales del conocimiento geográfico, nos arriesgamos al proponer la superación de este compromiso histórico, defendiendo otra lógica elaborada en el medio académico convencional, teniendo en la Geografía Crítica esta posibilidad norteadora; esto, no como modelo aplicable, pero sí como corriente para pensar y actuar, buscando en el conocimiento del “sentido del espaçamento” de las clases subalternas, los caminos para el rompimiento con la relación de subordinación al poder dominante. Así, se puede tener una gradual retomada, en la Geografía como Ciencia con compromiso social, sobreponiendo a las tendencias neutras que en la actualidad se recomponen y buscan dominación sobre el pensamiento y la práctica de la Geografía contemporánea.

**Palabras-Clave:** Geografía. Conocimiento informal. Conocimiento formal. Paradigmas. Producción del espacio.

### **A condição espontânea do “senso espacializante” como conhecimento**

O conhecimento geográfico tem que esclarecer [...], isso que a Terra revela ao homem sobre sua condição humana e seu destino. Não se trata, inicialmente, de um atlas aberto diante de seus olhos, é um apelo que vem do solo, da onda, da floresta, uma oportunidade ou uma recusa, um poder, uma presença (DARDEL, 2011, p.2).

Sabe-se que o conhecimento geográfico é tão antigo quanto à existência humana na Terra. A espécie humana, ao longo de suas transformações e adaptações ao espaço vivido, estabeleceu um processo de constante conhecer e reconhecer seus lugares. A humanidade produzia espaço, produzindo a si mesma e dando expressão horizontal aos produtos de suas relações na sobreposição que gradualmente fora submetendo o restante da Natureza à sua condição humanizante das coisas. Nisso, se entende que a expressão do espaço vivido, não é apenas um condicionante psicológico da relação com o meio habitado, mas do espaço em si como *lócus* de vivência, na medida em que o homem vive nele e com ele, tendo o espaço como meio essencial para a vida humana (BOLLNOW, 1969). Desta forma, o homem está sempre a produzir e reproduzir novas relações espacializante como o *lócus* vivido – por isto é, por excelência, um constante produtor de espaços como já referia Santos (1991).

Claramente, esta condição humana foi produto de um longo processo de formação e mudanças para que os antecessores da humanidade tivessem suas transformações iniciais concretizadas como, por exemplo, de adquirirem uma postura ereta. Com a aquisição de tal postura, obtinha-se a libertação das mãos para a manipulação do ambiente; e, assim, podiam fortalecer os órgãos superiores pelas capacidades intelectuais que lhes colocariam em condição de compensar as fragilidades, perante outros seres dotados de grandes poderes de forças físicas brutas (CAUVIN, 1997). Com isto, pode-se dizer que foi a força intelectual que possibilitou a este Ser “humanizado”, sair da condição natural, estabelecer um domínio sobre a natureza, impondo-lhe a condição de uma consciência humanizadora<sup>5</sup>.

Contudo, esta conquista de domínios que tendia ser totalizante sobre a natureza natural, ocorreu bem tardia na escala de formação da espécie humana. As relações de maiores complexidade, como um espaço produzido pela condição humanizadora sobre o ambiente natural, se manifestaria por cerca de doze mil anos atrás, naquilo que historicamente ficou designado como “revolução neolítica” (CAUVIN, 1997). A partir de então, se pode tratar de uma razão inteligível na luta pela sobrevivência e domínio que a espécie humana começava submeter aos outros tipos de vida. Então, colocando-se como espécie dominadora, passa a gerar as divisões de mundo (natural e humano), criando valores que legitima suas ações impostas sobre outras espécies. Dessa forma, expõem o espaço produzido pelo conhecimento da horizontalidade dimensional da Terra, ao gradativo domínio da natureza pelas condições vitais, sobre o solo planetário.

Assim, pode-se dizer que é “[...] na Revolução Neolítica que se encontram as raízes do presente estágio da espécie humana, não só no domínio da

---

<sup>5</sup> - Para isto parte-se da explicação com base na constatação psíquica e comportamental dada por Erich Fromm (1961, p.48) de que “o aparecimento do homem pode ser definido como tendo ocorrido no ponto do processo da evolução em que a adaptação instintiva atingiu seu mínimo. Ele aparece, porém, com novas qualidades que o diferencia do animal: sua consciência de si mesmo como entidade independente, sua capacidade de lembrar o passado, de visualizar o futuro e de indicar objetos e atos por meio de símbolos; sua razão para conceber e compreender o mundo; e sua imaginação, graças à qual ele alcança bem além do limite de seus sentidos”.

exploração do meio envolvente [...], como também no plano da sua própria cultura e das suas estruturas mentais” (CAUVIN, 1997, p.16).

É por esse processo de submissão do meio envolvente que a espécie humana horizontaliza suas atividades de ocupação e dominação do Planeta<sup>6</sup>. Nessa construção, pode-se dizer que houve um conhecimento do “senso espacializante” das coisas, fatos e processos construídos no conjunto da formação dos modos e necessidades da imposição humana sobre o meio natural na formação de suas bases vivenciais, ou seja, na construção de seus *lócus* de vida<sup>7</sup>. Vemos nisso o princípio de um conhecimento espacializado, isto é, geográfico que se processava em meio à formação da humanidade, antes da própria construção dos princípios filosófico-científicos do conhecimento. Assim, conhecer e dominar os lugares tornou-se tão vital à espécie humana, quanto dominar o reino vegetal, mineral e animal para obtenção de bases de habitações e alimentares de sobrevivência.

Nesse sentido, entende-se que há um “senso espacializante” que vincula a necessidade básica da luta pela sobrevivência da espécie humana e, que vai se aperfeiçoando a cada geração. É nisso, que reside as raízes da praticidade geográfica na luta cotidiana do homem construindo sua morada no Planeta. É um conhecimento vital, informal, espontâneo e articulado como estratégia de sobrevivência de cada grupo social, nos mais diversos tempos e locais vividos.

---

<sup>6</sup> Segundo Cauvin (1997) já por volta de 15.500 a 12.500 a.C. na região do Oriente Próximo as instalações de habitações humanas em grutas seriam raras, sendo muito numeroso os espaços a céu aberto em que os acampamentos chegavam a atingir até 2.000 m<sup>2</sup>. Nisto, percebe-se o conhecimento destes povos já permitindo uma ação espacializada no processo de habitação, mas também a capacidade de produzir uma localização onde pudessem obter bases de subsistência mais artificializadas, aproveitando do domínio que já se tinha da natureza.

<sup>7</sup> Aqui se propõem entender como “senso espacializante” como parte de capacidade/necessidade do ser humano de criar, distribuir, transformar a natureza num plano de horizontalização das suas ações, no seu histórico desprendimento da condição natural, para a ação artificial humanizadora de sua existência. Isto resulta em algo que é produzido por sua condição inquietante e desarmonica, estando sempre a buscar modos de impor, restaurar, ultrapassar a unidade de sua condição natural (a origem animal) com a natureza (FROMM, 1961). E assim, sempre conseguindo quebrar metas com sua ação produtora de novas realidades humanas no Planeta, naquilo que tratamos como ganhos (ou perdas) civilizatórios da humanidade. Tais condições espacializantes se enraizam no que Moreira (2006, p170) ressalta que “há uma realidade externa a nós, que é o fato de a humanidade existir sob uma forma concreta de organização espacial. E há a representação dessa realidade capturada por meio de sua formulação teórica”.

Sob estas bases, há um conhecimento geográfico que se processa a partir do fazer social e produtivo do Homem sobre a terra de forma muita pragmática. Isso transcende o tempo, o espaço e o grupo social, de modo que se manifestou desde os primórdios da humanidade, perpassando pelas diversas civilizações e temporalmente chegando aos dias de hoje pelos conhecimentos dos povos autóctones que, ainda vivem em diversas regiões do Planeta. Vê-se nisso, uma geografia que se desenvolve fora da centralidade acadêmica, embora nem sempre alheia às dimensões totalizantes impostas pelo capitalismo.

Como saber sistematizado, o conhecimento geográfico começa ganhar maior cunho científico, na medida em que é “descoberto” como apto a servir aos interesses das classes dominantes; isto, em especial, no âmbito da expansão do comércio no mundo (seja com os árabes na Idade Média, ou já na fase expansão mercantilista europeia). Com isso, a forma de apoderar desse conhecimento viria com a instrumentação do mapeamento e descrição analítica do mundo comercial<sup>8</sup>, sob a lógica da expansão mercantilista europeia já no século XIV.

Contudo, antes de entrar na discussão formal da Ciência Geográfica, aqui, salienta-se que há outras “geografias” que marginalmente se processaram no âmbito da sociedade formal e até na academia<sup>9</sup>. Há um conhecimento do “senso espacializante” que é construído pelo reconhecer do espaço, num processo que se dá pelo ato de viver e produzir condições de sobrevivência. Nisso a lógica desse conhecimento se faz por demandas pragmáticas do vivido, do necessitado e do usado na construção humana de sua morada no Planeta<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Conforme exposto em várias obras de história do pensamento geográfico, os primeiros mapas, representando sistematização de informações num plano horizontalizado, teria sido encontrado na região da Mesopotâmica por volta de 2.500 a.C. Contudo, os hieróglifos feitos em paredes de cavernas representando locais, rotas de caças ou lugares de batalhas remonta a milhares de anos anteriores (SODRÉ, 1976, ANDRADE, 1992, AQUINO et al, 1983).

<sup>9</sup> Cabe lembrar que no âmbito acadêmico, no passado, houve uma marginalização dos pensadores geográficos que ousaram propor uma base teórica contra a subserviência imposta pelo capital. Refere-se aqui, em especial, às expoentes figuras dos geógrafos anarquistas como o francês Jean Jacques Elisee Reclus (1830-1905) e o russo Piotr Kropotkin (1842-1921) (ANDRADE, 1992).

<sup>10</sup> Isto, conforme Bollnow (1969), pode se dizer que para viver necessitamos de extensão e perspectiva; portanto, para o desenvolvimento da vida, o espaço é tão importante como o tempo na formação da humanidade no mundo.

Ademais, foi o senso espacializante das classes dominantes que fez fluir a base oficial construtiva das raízes deste conhecimento geográfico. A formalização disto se deu com ações para entender o porquê das distribuições do homem no plano da horizontalidade (distribuição espacial das relações, coisas e processos) de suas atividades no uso do espaço planetário. Então, nesse processo de espacializações de ações é que o avanço do conhecimento permitiu-lhes o domínio de pontos específicos facilitando a divisão social da produção e do trabalho, promovendo as verticalidades (aprofundamentos das relações que produzem a realidade) no espaço produzido.

Neste sentido, o conhecimento espacializante aqui referido é mais sistemático que o “senso” (que é mais intuitivo). A partir desse conhecimento foram pautadas as especulações intelectuais a serviço das pretensões de classes dominantes e potências políticas, nas suas expansões territoriais ou na consolidação de rotas comerciais em épocas diversas (SODRÉ, 1976). Então, sistematizados esses aspectos espacializantes, ter-se-iam fundamentos para a investigação geográfica, como um campo científico, ainda submerso aos diversos ramos do conhecimento (filosófico e científico) autônomo, antes da sistematização da Geografia.

Há, portanto, uma “geografia” da prática de vida *versus* outra “geografia” de estratégias para dominar a serviço das forças hegemônicas. A esta se coloca como um conhecimento que, instrumentalmente, é estratégico para a dominação, embora, às vezes, esteja “escondido” sob uma máscara ideológica na realidade, recriado como ferramenta de mediação entre quem domina e, quem é dominado (nos moldes dos campos de cegueiras de Lefebvre, 1991). Ao geógrafo que acredita na ciência com compromisso social, a grande tarefa aqui é inverter tais finalidades. Já a primeira não se oficializou, mas continua sendo conhecimento do senso espacializante que se processa marginalmente à centralidade acadêmica, inscrevendo-se no dia-a-dia das classes sociais mais marginalizadas. Por isto, podem-se ver neste aporte, bases inspiradoras para outras práticas também na academia.

Dessa forma, vemos que a Geografia amparada numa visão crítica, não pode negligenciar este conhecimento espacializante espontâneo que expressa pelo trabalho e pelas lutas que se vivem na sociedade atual. Serão nestas condições, que se pode falar desta (s) geografia (s) como um conhecimento apto a contribuir também no desmascarar a realidade, para a ela transformar (relembrando a fala de Ives Lacoste, 1988).

### **Das práticas filosóficas aos modelos sistematizados do conhecimento**

A formalidade do senso espacializante conduz a outras formas e razões que levam a sistematização do conhecimento. Por isto, pode se falar de um senso espacializante da classe dominante que se processará no seio da sistematização do conhecimento filosófico e científico. É deste que, ora arraigado a elementos da prática formal e informal, ora como fruto da abstração intelectual na inquirição sobre a realidade, geralmente, a serviço dos poderes institucionais, surgem às bases sob as quais se enraizou a Ciência Geográfica.

Desta forma, pode-se dizer que os legados que dariam origem a Geografia acadêmica, surgiram como desdobramento de ações de povos que dominaram a maior parte da Terra. Isto vinha como uma sistematização de conhecimentos espacializados para estabelecer a subjugação aos povos mais enfraquecidos. Então, vê-se o papel de um conhecimento espacializante a serviço de pretensões geoestratégicas a longo tempo, por exemplo, quando, há séculos antes de Cristo, já se notava uma expansão política de poderosos impérios como o Egípcio, Persa e Babilônico. Com isto, já se marcava a elaboração de um espaço em disputa, em que o conhecimento espacializado estava na base estratégica para tais poderes se estabelecerem. Nesse contexto, o domínio de rotas marítimas, tornou-se fundamental para a expansão comercial, especialmente aos povos mediterrâneos, em que a descrição e representação dos lugares seriam condições basilares para a expansão dos impérios que disputavam áreas ao redor dos mares internos da Europa, Ásia e norte da África.

Por isto, pode-se dizer que palavra “Geografia”, desde esses primórdios, não se vinculou ao conhecimento informal do “senso espacializante” das classes

subalternas<sup>11</sup>; mas, à lógica instrumental desse conhecimento formal que emerge das ações de forças dominadoras do espaço. Normalmente, nessa base formal, atribui-se aos gregos a autoria a palavra Geografia; palavra já conhecida muito antes da emancipação científica, isso volta do século V a.C. Nesse contexto, este termo seria usado para designar os conhecimentos sobre a terra: *geo* = "Terra" + *graphein* = "escrever".

Esse feito foi atribuído a vários pensadores que estiveram na raiz do conhecimento filosófico e científico. Dentre esses se destaca Heródoto (484 - 425 a. C.) que foi um grande viajante e estudioso com importantes análises espaciais e temporais. Atuou na descrição dos lugares, demonstrando a proximidade do conhecimento espacializado com a dimensão da temporalização do mesmo. Contudo, teria sido Erastóstenes de Cirene (276 - 194 a. C.) o primeiro estudioso a propor e empregar a palavra *Geographia*, num tratado de estudos que levaria essa palavra como título (LEBON, 1976), fazendo desse conhecimento, sua base filosófica de atuação.

Na continuidade, podemos citar outros trabalhos de Estrabão (63 a.C a 24 a.C). Ele viajou a região do mediterrâneo conhecendo lugares e as características culturais de cada povo visitado. Sua contribuição à geografia se deu com a escrita de um trabalho composto por 17 volumes, cujo título foi "*Geographique*". Outra personalidade que deve ser aqui apresentada é Cláudio Ptolomeu (90-168 d. C.), já na era cristã. Foi um dos últimos grandes estudiosos da antiguidade a dar importância aos estudos de mapas e projeções cartográficas; sua contribuição foi a obra *Geographia* em oito volumes, com valiosas descrições de lugares diversos e o mapa mundial (surpreendente pelos cálculos que já aproximava-se da realidade do conhecimento atual, conforme ressalta BROEK, 1976 e LEBON, 1976).

---

<sup>11</sup> - Com relação a condição subalterna considera-se conforme Gramsci (2002) referido por Simionatto (2009, p.1) que a "a categoria "subalterno" e o conceito de "subalternidade" têm sido utilizados [...], na análise de fenômenos sociopolíticos e culturais, normalmente para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. No pensamento gramsciano, contudo, tratar das classes subalternas exige, em síntese, mais do que isso. Trata-se de recuperar os processos de dominação presentes na sociedade, desvendando "as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos" (BUTTIGIEG, 1999, p. 30 apud SIMIONATTO, 2009, p.1).

No período que segue ao início da Era Cristã, há uma forte intensificação de viagens no âmbito do Mar Mediterrâneo e amplas transformações políticas. A fé cristã católica se transforma na base de sustentação do Império Romano e dos outros Impérios e Reinos que o sucedeu, demonstrando que sempre houve vínculos entre a expansão religiosa e os interesses imperiais. Por consequência, a Igreja exerceria influência muito forte no controle dos conhecimentos postos, limitando-os ou estimulando-os a luz dos dogmas religiosos. Havia sim um conhecimento filosófico e científico na Europa cristã durante a Idade Média (século V ao XV aproximadamente). Este, contudo deve ser visto num processo em que,

[...] aos olhos da fé, portanto, dado o simbolismo que apreendem no mundo, relacionam-se não ao aprimorar do sentido para que ele se espelhe, pelo menos da maneira mais límpida possível, o que de verdadeiro há no mundo, nos lugares percorridos, na natureza observada. Não se transfiguram em um instrumento da inteligência, mas do indivíduo como um todo, incrustando no mundo todo o quadro cultural que alicerça o sujeito cognitivo, diluindo o particular, reduzindo-o ao contingente do absoluto explicitado por Deus. Os olhos da fé apreendem o mundo enquanto símbolo e, esta, é uma questão fundamental para se compreender a Geografia na Idade Média. (BAUAB, 2007, p.157)

Portanto, na Europa cristã há um tímido conhecimento geográfico, manifesto na estratégia da expansão e domínio da Igreja Católica, junto à política dos Impérios que dominaram o continente. A condição de sua produção e uso se apresenta no fundamento expansionista do domínio das formações políticas cristãs, em que o limite para a expansão do conhecimento era o tamanho dos dogmas postos. Deste modo, o conhecimento do senso espacializante informal vai se processar na luta cotidiana das classes mais oprimidas, para sobreviver situando marginalmente na sociedade medieval. O domínio social e espacial, em geral era estabelecido com base no poderio político, legitimado pela Igreja e reconhecido pelas forças imperiais aliadas. Assim, conforme Bauab (2007, p.158),

[...] os geógrafos medievais construíram, basicamente, um saber simbólico-qualitativo, amparado nas máximas do cristianismo, dando legitimidade para a reprodução da estrutura econômico-social vigente, amparando-se nas autoridades do passado e na própria Escritura, descrevendo, muito pouco, o real estado empírico do mundo de seu tempo.

Há, porém, nesse período outro estilo de produção do conhecimento sistemático que se processou fora da Europa Cristã Medieval. Refere-se aqui a realidade que se vive no mundo árabe ocupando a península arábica, norte da África e parte da península Ibérica. Sendo por excelência grandes navegadores, os árabes empreenderam esforços na ampliação de seus domínios territoriais e comerciais. Seus relatos, altamente ilustrativos das potencialidades dos lugares visitados, eram verdadeiras catalogações do mundo em suas potencialidades (naturais e humanas) e, sobre o comércio e costumes dos povos.

Assim, a Geografia se processava por dentro de outras ciências e atividades diversas, mas sempre com finalidade de prestar serviço à expansão de domínios territoriais ou de rotas comerciais, a ponto que Kretschmer (1942, p.53/4) já explicava que,

[...] cultivaram a geografia científica em seu aspecto mais profundo e transcendental, do mesmo modo que a geografia matemática, e no que se refere à Geografia Física compilaram um grande número de observações, porém sem formar com estas um sistema e sem poder formular uma teoria rigorosamente científica. Primeiramente as especulações fantásticas desempenharam importante papel. Em troca, prestaram um grande serviço com seus trabalhos de medição dos graus de meridianos, que realizaram de acordo com os escritos dos geógrafos gregos.

O autor ilustra bem a pretensão dos árabes que buscavam um conhecimento que possibilitasse melhor localização de seu poderio comercial e político/religioso. Para isso vinculavam as informações dos lugares, com métodos que resgatavam os conhecimentos de gregos, em especial de Cláudio Ptolomeu. Isso se dá, inclusive, conforme Kimble (2005, p. 75) considerando que “[...] os árabes sentiram cedo a necessidade de melhorar a determinação dos lugares, porque a orientação correta de suas mesquitas dependia desse conhecimento”. Justificava-se, pois, conforme as leis islâmicas, que o fiel deveria voltar-se para a direção de Meca sempre nos horários específicos para orações.

Nota-se, então, uma finalidade pragmática da aplicabilidade desse conhecimento, pois, resultava, com isto, que todos os cálculos e teorias retomadas vinham para fortalecerem a Geografia Matemática em atendimento aos interesses comerciais e políticos expansionistas, até mesmo à prática religiosa islâmica em

franca expansão. Assim, aqui concorda-se com Kimble (2005, p. 81) quando refere que nesta fase, mesmo não admitindo uma paralisia do conhecimento geográfico na Europa Cristã, houve uma “superioridade da geografia árabe”, dado que,

[...] a tradição grega da pesquisa desinteressada estava entorpecida na Europa Ocidental por uma ditadura teológica que ordenou, durante algum tempo, a destruição das esperanças de um renascimento intelectual genuíno [...]. Enquanto isso os muçulmanos estavam vagarosamente desenterrando os tesouros da sabedoria grega e persa e, fazendo isso ficaram tocados pelo entusiasmo ao estudá-los (id *ibid.*, p. 81)

São por todos esses aspectos que aqui se buscou não tratar de uma “Idade das Trevas” como ausência de um conhecimento científico na Europa. Houve limitações impostas que direcionaram toda produção filosófica e científica, porém não a aniquilou. O final dessa época marcou também um momento que esse conhecimento, como resultado das constantes formas de expansão de domínio territorial, começava a ser revisto e forçando ao rompimento do pensamento humano/cristão medieval. Por outro lado, certamente houve um conhecimento espontâneo fora desses círculos oficiais que processava por ações norteadoras à vida e ao imaginário dos povos em todos os lugares do mundo, nessa época.

É, contudo, na imbricação desses conhecimentos mais elitizados que se processaram as raízes econômicas e políticas para o rompimento entre a Idade Média e a Idade Moderna. Tais transformações seriam dadas pela dinâmica socioeconômica ocorrida nas regiões de mares internos, sobretudo do Mediterrâneo, *locus* que se colocava como o grande centro de comércio e, em especial, na promoção da ligação do ocidente com o oriente (p.e. via Mar Negro).

Ressalta-se que as cruzadas cristãs<sup>12</sup> já marcavam o início da fase de rompimento com a lógica fechada da Europa Medieval Cristã. Este movimento também promoveu a maior articulação do ocidente com o oriente, sobretudo, proporcionando o renascimento mais intensivo do comércio. Isso gradativamente converteu a Europa em vasto campo comercial para as especiarias do oriente,

<sup>12</sup> Entende-se por cruzadas movimentos militares europeus de inspiração cristã, em direção a Terra Santa (região do oriente próximo em que situa Israel) cuja Primeira data do ano de 1097. Na verdade, por trás da justificativa cristã havia interesses de domínios de rotas comerciais do ocidente com o oriente (AQUINO et al, 1983).

fazendo de cidades portuárias como Gênova e Veneza, locais privilegiados por sua posição geográfica; e assim, local de amplo enriquecimento da burguesia europeia<sup>13</sup>. No demais, essa situação possibilitou uma ligação com outras regiões portuárias do mundo islâmico, e logicamente com as experiências de conhecimentos de lugares que se acumulavam pelos escritos e relatos dos navegantes árabes.

Por outro lado, no processo gradual de decadência e transformação da estrutura de poder que dominou o final da Idade Média, tiveram-se também as ações de outros povos como os portugueses, espanhóis (saindo do domínio muçulmano) e, posteriormente os britânicos e holandeses. Esses se lançaram no comércio e conquistas de rotas marítimas, em que dado suas posições geográficas e os domínios já estabelecidos no Mar Mediterrâneo fizeram pelo Oceano Atlântico. Tais situações conjugavam com momento de grandes rupturas com estruturas antigas e ascensão de grupos burgueses ao poder na Europa. Tinha-se, assim, o início da modernidade com o Renascimento (manifesto como movimento de transições sociais, políticas e culturais medievais, para a abertura da Era Moderna), superando as bases dogmáticas cristãs e ostentando uma nova condição humana como “criadora” e não apenas “criatura”.

Portanto, o Renascimento foi marcado pelo rompimento das bases institucionais medievais, com a queda do poder hegemônico da Igreja. Assim, com as especulações formais nos círculos acadêmicos, houve maior projeção do conhecimento geográfico, sobretudo, aquele aplicado a expansão comercial europeia. Esses conhecimentos, portanto, estiveram nutridos por ideias liberais para a navegação e definição de estratégias comerciais com outros lugares. Nisso, escolas e grupos de navegadores se unem para identificar novas rotas no Oceano Atlântico, sob orientação de conhecimentos aplicados à navegação comercial<sup>14</sup>. Um exemplo claro disso, foi a famosa Escola de Sagres fundada em

---

<sup>13</sup> Chamando “Renascimento Comercial Urbano”.

<sup>14</sup> Isto se dá de modo mais forte, pois conforme Broek (1976, p. 23) considerando que “o renascimento trouxe, como em outros setores, a retomada do pensamento geográfico clássico. A Geografia de Ptolomeu traduzida em latim, no século XV, constituiu um impacto profundo nos círculos cultos. Aquele século viu a ascensão das explorações portuguesa e espanholas que culminou à Índia e América”.

1417, pelo Infante português D. Henrique; escola esta que se colocou como uma organização fundamental para a política expansionista lusitana no mundo.

Contudo, do ponto de vista da formação e sistematização do conhecimento geográfico, no âmbito institucional, o grande passo foi dado por Bernard Varênio (Bernhardus **Varenius** - 1622 a 1650). Esse homem, segundo Broek (1976, p.24) “reconheceu a necessidade de uma nova organização do conhecimento científico”. Varênio apresentou reflexões e apontamentos científicos que marcaram um dualismo geográfico que perdura até hoje de: uma “Geografia [...] de processos e fenômenos que são de natureza, exclusivamente física [...]”; e, de outra “Geografia que considera os fenômenos socioculturais [...]”

Acrescenta Broek (1976, p.24) que Varênio propôs dois aportes a Geografia: o “Geral”, que atuaria em questões dos aspectos físicos com elaboração de leis aplicáveis em todo o Planeta; outro, a “Especial”, que examinaria áreas determinadas, isto é, as regiões, nas quais se situariam as apreensões de aspectos interativos aos “processos humanos e físicos”.

Desta forma, o conhecimento do senso espacializante formal (das elites políticas e sociais) ganhava uma base mais sistemática e com estrutura disciplinar científica. Contudo, tal situação obteria maior formulação como Immanuel Kant (1724 a 1804) que foi além, dando um corpo filosófico contemporâneo aos conhecimentos da Geografia. Esses conhecimentos poderiam ser organizados segundo três modos: a) de colocar os fatos agrupados; b) de colocar os tipos de objetos estudados, como seria feito nas ‘ciências sistemáticas’; c) de colocar como examina suas relações através do tempos e do espaço. No tempo, situaria as ‘ciências históricas’; no espaço, ter-se-ia o campo das ‘Ciências Geográficas’ (BROEK, 1976).

Nestas condições, aqui se concorda com o referido autor quando ressalta que, se coube a Varênio dar a estrutura de disciplinar acadêmica científica; contudo, foi Kant, como professor da *Universidade de Königsberg*, que nos

garantiu a estrutura filosófica desses conhecimentos científicos<sup>15</sup>. Dessa forma, tomando a ideia do conhecimento de um “senso espacializante formal” como basilar para uma compreensão geográfica do que era permeado em áreas científicas e filosóficas existentes, entende-se que seu desenvolvimento se deu a partir de três situações fundamentais:

- Primeiro, pela retomada de uma ação reflexiva do conhecimento praticado na condição humana de produzir o lugar que se vive – o espaço; aqui se refere ao conhecimento dos lugares, sistemas fluviais, domesticação de espécies entre outros.
- Segundo, sob condições mais sistemática e metódica, com maior instrumentalização da capacidade humana de descrever, analisar e retratar lugares diversos e colocar este conhecimento a serviço da expansão dos povos, países e reinos que dominavam o mundo; aqui se refere ao conhecimento dos lugares para fins de guerras, mapeamentos de rotas comerciais etc.
- Terceiro já como conhecimento sistemático, no seio de áreas científicas e filosóficas, tende-se a fortalecer por bases disciplinares; isto, embora nunca despregada das finalidades que fosse instrumentalizada pelas potências políticas europeias – aqui se refere à Geografia como conhecimento e instrumento de dominação.

De modo geral, na primeira proposição refere-se à ação espacializante da produção das condições de vida desde os primórdios da humanidade; na segunda, foi muito mais intensivo no campo da expansão comercial; ao passo que a terceira, foi mais marcada pela expansão de domínios e disputas territoriais. São nessas bases que o senso espacializante formal vai se desprendendo do senso informal e transmutando num senso científico. Nisto, formulou-se a base do surgimento da Ciência Geográfica, em que o segundo senso (informal), ficava subjugado ao poder determinante do primeiro. Então, apenas em situações muito específica esse senso, como conhecimento popular reaparece como, por exemplo, nas reflexões acadêmicas, embora pouco considerado com conhecimento válido.

Assim, com tais características, surge a Geografia, como campo científico apto à sustentação da formalização de um conhecimento engajado nas

---

<sup>15</sup> Conforme Moreira (2006, p.14), para Kant a “Geografia serve-lhe de apoio a fim de refletir criticamente sobre a visão de mundo dominante do seu tempo [...]. E serve-lhe de apoio, ainda, para lapidar conceitos – como sensibilidade e entendimento – e seus entrelaçamentos com o conceito de espaço”.

SILVA, S.S.da. Da geografia vivida à geografia estudada: para além das formalidades acadêmicas - contradições, conflitos e proposições. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 3, nº5, p. 27-53, jul./dez. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

pretensões espaciais de países dominantes na Europa. Isto, logicamente se materializou desde princípio, por uma sistematização submetida a forte construção de um aparelho ideológico de sustentação à funcionalidade para a nova Ciência como trataremos a seguir.

### **Das práticas conservadoras às possíveis ações transformadoras**

O conhecimento da realidade por um olhar geográfico sempre foi extasiante e angustiante, ao mesmo tempo. Isto, talvez, seja produto da condição da abertura holística que a Geografia nos possibilita em ver o mundo em sua complexidade, sua ética e estética. Ampliam-se também as condições para apreender questões que não são norteadas por esses qualificantes; e, assim, nos revela o lado não estético do espetáculo que forma o amplo palco dos acontecimentos humanos, no qual se movem as condições contraditórias e complementares que materializam realidades espaciais vividas, nem sempre captadas por olhares geográficos comprometidos com os poderes estabelecidos.

Diante disso se vem a indagação: para que/quem serve a Geografia? De modo geral, se poderia dizer que a Geografia serve para compreender o mundo nas diversas faces das espacialidades e temporalidades humanas que as produzem como vimos mostrando no seu longo processo de formação.

Cabe salientar que na prática mais atual, apenas esse compreender seria pouco para uma ciência. Neste sentido, aqui se defende uma Geografia para além de estar a serviço do poder; vê-se, dessa forma, tendo fundamento na proposição de Lacoste (1988, parafraseando-o): *é preciso conhecer o mundo, para nele poder agir e se organizar, para ele transformar*. Pensar assim esse conhecimento, não significa que se deve perder o fascínio pela estética e nem ignorar a angústia da miséria do mundo. Significa sim, ter na ciência que se faz uma “âncora” para repensar a prática científica como um instrumento na construção de um mundo melhor; talvez, como ousaram no passado os Geógrafos Elisee Reclus e Piotr Kropotkin, mas não foram ouvidos, à época. Então, esta Geografia servirá para desmascarar as raízes dos problemas com quais se depara no dia-a-dia; mas

também, para entender a realidade que se vive, mantendo a esperança pela transformação como norteador do *devir* esperado.

Assim, é na crítica ao histórico de subserviência que sobressairá a Geografia como um senso espacializante científico, fazendo de sua *práxis* um campo de conhecimento rico e capaz de desencadear processos de transformações. Desta forma concebida, pode-se falar de uma Geografia das transformações, ciente de que isso significa combater à Geografia da manutenção da ordem que também existe e é muito forte, sobretudo, na Academia. Tal situação dual se deve, pois na verdade, a condição de transformação ou conservação, é a forma de ver e agir no mundo, a qual se concretiza em nossas condições de ser e estar<sup>16</sup>.

### **A Geografia: ciência una- práticas diversas**

Mudar ou conservar são atitudes que se inscreve como valores éticos e comportamentais no processo do conhecer/agir espacializante que é imposto à sociedade. Nisto, o espaço aparece com o campo objetivo para definir quais condições espacializantes em que nos colocamos no mundo. São nestas condições de objetividades/subjetividades do modo de interagir que perpassa o “ver” e “fazer” a Geografia, naquilo que se acredita ser útil ao que se busca construir. É isso que dá substância ao modo ser, agir e ver o mundo para cada um de nós: seja o individuo ou o grupo social. São, na verdade, os paradigmas, os modelos, como fases no desenvolvimento histórico da Ciência.

Contudo, as visões paradigmáticas, como modelos de ver a realidade, não são simples fases estáticas da Ciência! Na verdade, são momentos em que as condições dominantes de ser e fazer a Geografia se manifestaram. Agora aqui cabem algumas considerações quanto à acepção da palavra paradigma.

Considera-se que a origem da palavra paradigma é grega e significa modelo, padrão de forma para ver pensar e agir seguindo uma determinada conduta situacional. Dentre as interpretações contemporâneas do conceito, aqui

---

<sup>16</sup> Como se refere Moreira (2006, p.176) ao tratar da forma que se vê a “espacialidade diferencial” na interpretação da paisagem; esta “depende [...] do ângulo do olhar de quem olha [...] pelo olhar de referência”.

se considerará a definição dado por Thomas S. Kuhn (1922-1996). Para este filósofo, paradigmas são as realizações científicas geradoras de modelos que, “por período mais ou menos longo e de modo mais ou menos explícito, orientam o desenvolvimento posterior das pesquisas, exclusivamente na busca da solução para os problemas por elas suscitados.” (SOUZA, 2012, p. 1).

Acrescenta ainda que os “paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1991, p.13 apud SOUZA, 2012, p. 1). Assim, considera-se que o conceito de paradigma, origina-se das experiências para “forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos” pelo modelo gerador. Nisto a “ciência é uma tentativa de forçar a natureza a esquemas conceituais fornecidos pela educação profissional” (Id Ibid. p. 1)

Ainda referindo a Kuhn (1991) *apud* Souza (2012, p. 1), pode-se entender que o paradigma se constitui como uma rede de compromissos ou adesões, conceituais, teóricas, metodológicas e instrumentais compartilhados. Sendo assim, “[...] é o que faz com que um cientista seja membro de uma determinada comunidade científica” e é introduzido nesta comunidade através do processo de formação em que “[...] o estudante adquire os esquemas conceituais de sua atividade, [...] e vai compartilhá-los em sua prática profissional”.

É notável que muitos historiadores sobre a formação da Ciência Geográfica têm definido seus momentos históricos como paradigmas. Com esta proposição fez-se uma fragmentação do processo de formação por modelos de ver e agir no mundo. Conforme Moreira (2006, p.09) isto ocorre, pois como a ciência não pode trabalhar com muitas coisas aparentemente estranhas, a Geografia, também buscou na própria percepção imediata, a formulação de modelo ordenador do mundo circundante “(natureza, homem e economia)”, e o define como “modelo teórico que, ao mesmo tempo em que é de classificação, é também conceitual”.

Normalmente aprendemos que no princípio da instituição da Geografia dois paradigmas dominaram a forma geográfica de fazer, ver, interpretar e interagir no mundo. Nascia-se assim a ciência como base numa visão paradigmática dualista:

o determinismo *versus* o possibilismo. Nisso, estiveram inscritas as análises, descrições e bases de metodologias de Geógrafos alemães como Karl Ritter (1779-1859), Alexander Von Humboldt (1779-1859), Friedrich Ratzel (1844-1904) e do francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918) entre outros (em finais do século XIX e início do século XX).

É inegável que suas contribuições foram fundamentais para a edificação de uma ciência acadêmica, embora, a condição elitizada, às vezes, fez esconder as riquezas metodológicas da Geografia em seu princípio. Para fins de ver a real finalidade, aqui, tem-se de ressaltar que suas teses, na verdade, muito além da visão dual e contraditória, foram formas diferentes de interpretar a realidade que, apesar da riqueza metodológica e teórica, ambas estiveram a serviço de um mesmo propósito no sistema mundo: consolidação do domínio espacial e a expansão colonial como faces da espacialização do capitalismo em condições diversas.

Depois dessa primeira fase viria, ainda, no contexto do modelo tradicional, a consolidação e espacialização da Ciência Geográfica, em que o princípio fundamental era ir para além do determinismo e possibilíssimo. Assim, na visão de pensadores como do Alemão Alfred Hettner (1859-1941) e do norte americano Richard Hartshorne (1899-1992) a Geografia seria uma modelo *idiográfico* – tratando-se de uma análise particularizada e única de um lugar, na busca de conhecimentos mais aprofundados do local estudado; o outro aporte proposto seria o estudo *nomotético* – este propõe uma visão generalizadora, a partir das condições individuais dos lugares, buscando a possibilidade captarem a integração dos fenômenos estudados. Desse jeito, a partir da aplicação reproduzida em várias situações, buscar-se-ia uma definição de padrões de variabilidade fenomênica do que fora tratado. Com isso, poderia se chegar a um conhecimento genérico e global a partir da lógica indutiva de estudos particulares de lugares.

Novamente, modelos e crenças na forma de desvendar o fenômeno estudado na Geografia são apresentados. Porém, não se discutia a raiz do que faz a individualidade de cada lugar, tampouco o que permitiria a integração ou

desintegração dos lugares estudados. Com isto, o Paradigma tradicional também direcionou os métodos de estudo para demonstrar a capacidade de conhecer e submeter os lugares aos interesses dominantes, mas escondeu as raízes do que eram causas fenomênicas das desigualdades dos lugares estudados. Por isso a visão do lugar na sua integração/desintegração foi visto como uma situação casual, sem procurar demonstra que o motor único da totalidade manifestada foi e é a reprodução capitalista. Tudo isto, num período de grandes transformações pelas duas grandes guerras mundiais e as “revoluções” experienciais do socialismo real no mundo.

Na sequência teve-se, então, o processo de renovação pós-II Guerra mundial. O mundo passava por um processo de avanço tecnológico mais aguerrido e a ciência tinha que responder com fins mais pragmáticos. O instrumental discursivo e analítico da Geografia, mesmo sempre estando mais a serviço do capital de que do social, já não respondia aos desafios que lhes eram postos. Então, perante as transformações do pós-guerra, teve se o movimento de renovação em que se buscou mais efetiva tecnificação da produção científica.

Primeira corrente de renovação que surgiu foi a Nova Geografia (*New Geography*). Essa vem como um modelo em que se amparava nas técnicas das ciências exatas por métodos de tratamento das informações espaciais obtidas. Assim, a análise espacial se transforma numa interpretação da realidade materialmente que passa ser matematizada, ou seja, fórmulas estatísticas e matemáticas começam substituir a realidade de trabalhos de campo<sup>17</sup>, uma vez que as observações e comparações poderiam ser feita com dados estatísticos de órgão responsáveis por este levantamento (como o IBGE no Brasil).

Então, por este paradigma se empobrece a arte de fazer a Geografia descritiva, sob a justificativa de quantificação como procedimento metodológico mais adequado para se conhecer e representar a realidade. Nisto o fazer da Geografia se daria pelo estudo e teorização, oferecendo um conhecimento mais apto a pontuar quantitativamente a organização do espaço. Isto numa visão

---

<sup>17</sup> Não significou o final dos trabalhos de campos; mas estes quando realizados, viriam com finalidades mais limitadas ou quando muito, para comprovação das informações quantificáveis antes levantadas.

SILVA, S.S.da. Da geografia vivida à geografia estudada: para além das formalidades acadêmicas - contradições, conflitos e proposições. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 3, nº5, p. 27-53, jul./dez. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geoeuce>

neopositivista em que as transformações promovidas pelo avanço do capital e a mercadorização da realidade, ganhariam gradativamente dimensões: mais mundializada para a riqueza e, mais localizada para a pobreza.

Essa insuficiência para compreender os processos humanos sociais fez com que críticas fundamentais fossem trazidas por teóricos que, cada vez mais, percebem e sentem as desigualdades que se têm nas visões materializadas desses espaços produzidos. Vê-se que se as paisagens que refletiam a estética da riqueza, também nelas se configuravam a pobreza e miséria, num mundo de muitos contrastes. Cada vez mais a realidade das periferias faveladas, o abandono dos camponeses, a segregação social e racial, empurram teóricos mais sensíveis à busca de categorias de investigação e análise mais capazes para desvendar tais situações. Assim, compreende-se o papel dos conflitos na realidade espacial, sobretudo, a partir das relações de produção em que pela ação social do trabalho sobre a natureza e sociedade, tornam-se desnudas as desigualdades que a verticalização do capital produz em cada lugar do mundo.

Então, fica claro que não se poderia entender apenas a organização do espaço; mas sim, a produção do espaço como resultado de relações desiguais e contraditórias da humanidade, submetidas aos ditames do capital. Com isto o resgate das contribuições dos geógrafos anarquistas e a aproximação ao marxismo foi condição fundamental para a construção de uma Geografia que não estivesse a serviço do capital, mas fosse instrumento para desvendar a realidade desigual e injusta por ele produzida; inclusive, sendo capaz de constituir num instrumento para transformá-la. Então, tem-se uma dicotomia de paradigmas postos em condições opostas: aquelas que reforçam as bases hegemônicas com instrumento técnico/científico; e, outra que busca ser instrumento de luta para transformar, revolucionar a realidade e contribuir com o processo de construção de um caminho para um *práxis* científica libertadora.

Mais recentemente, sobretudo, após as crises que atingiram os antigos “países socialistas”, com reflexos no pensamento político científico que norteava a prática geográfica, as perspectivas mais idealistas de mundo, voltadas aos

aspectos comportamentais e culturais, tenderam-se ao retomo e revigoração<sup>18</sup>. Com isto, volta-se ao resgate de uma visão fundada na cultura como motora das ações que produzem o espaço, mas tendo também as condições psico-comportamentais como caminho para se compreender a complexidade da realidade vivida. Para quem defende essa visão, não há lutas sociais, pois os problemas vividos, esses se dão a partir da individualização do sujeito. Então, a luta social, ficará submersa à condição psico-comportamental do indivíduo, pois a coletividade é apenas uma instância em que estes condicionantes fazem dos indivíduos portadores de um “mesmo destino”.

Tudo isso revela que novamente as forças que promovem a formação das bases sociais, inclusive por via dos mecanismos da educação, atuam como construtora de uma cultura padrão, o que logicamente é definida pelos poderes hegemônicos do capitalismo. Assim, sob condicionantes idealistas e humanísticas despolitizam a realidade espacial, tornando-a apenas uma mera concretização do como cada grupo social (somatória de indivíduos) se faz emergir.

Portanto, como tese, uma prática geográfica, apenas denota o compromisso e a forma que se vê que se utiliza e quem utiliza a Geografia que é feita. Isto é que o define o paradigma e para que ele serve. Por isso, o uso do termo como base modelística é escamoteador da realidade que realmente representa. Portanto, numa análise processual da formação da Geografia é, então, preferível ver e identificar as correntes de pensamento e ação política/científica como norteadora da diversidade processual do conhecimento produzido. Somente assim, podem-se dar créditos a uma possível reaproximação entre a realidade prática do dia-a-dia social e a Geografia desenvolvida na academia.

### **A “geografia de todos” e Geografia da academia**

Como seria então a tarefa para superar a facilidade dos esquemas paradigmáticos no cotidiano, ao estudar e fazer a “Geografia”? Seria uma forte crítica ao processo capitalista de produção do espaço, o instrumento para desvendar o que se esconde por traz do debate dos paradigmas e superar esse

<sup>18</sup> Revigorado, pois em meados do século XX, já se eram notados trabalhos nesta perspectiva.

SILVA, S.S.da. Da geografia vivida à geografia estudada: para além das formalidades acadêmicas - contradições, conflitos e proposições. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 3, nº5, p. 27-53, jul./dez. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geoeuce>

processo com metodologias mais capazes de responder aos desafios da sociedade?

O que se entende é que há uma Geografia produto das desigualdades sociais que faz da realidade vivida, campo de contradições e de luta. Não há como pensar as desigualdades espaciais como algo factual que promove a existência de lugares ricos e lugares pobres. Ora, se buscarmos nas geografias pensadas, vividas e praticadas e a forma como foram construídas, notar-se-á que o espaço é produto e produtor de um mesmo processo social! É nesta dinâmica que as realizações da sociedade, agindo sobre si mesmo e a natureza, produzem as configurações do espaço vivido. Nesta ação construtiva, se o motor de todos os processos é por excelência desigual, sua produção reflete tais condicionantes, isto é, a pobreza e a riqueza tendo origens comuns.

Por isto, numa sociedade capitalista, não há lugar pobre, mas há lugares de pobres; não há lugares ricos, mas há lugares de ricos - a pobreza e a riqueza são processualmente construídas, produzidas no espaço; isto é, ao mesmo tempo em que constroem a realidade de enriquecimento de uns, formam-se também o empobrecimento de muitos. Se não vemos isto dentro do processo desigual e contraditório que produz a realidade espacializante do social, jamais esta situação será percebida em sua integralidade. Assim, a desnaturalização deste processo é o centro da compreensão geográfica no desvendar de/para quem serve a Geografia feita dentro de cada paradigma.

Por isso, se o paradigma se não for visto como um instrumento das forças que o cria e o recria intelectualmente para juntar uma realidade de pressupostos a serviço do próprio sistema vigente, não nos contribui para compreendermos do que é, para que serve, e para onde vai a Geografia. Então, continuar-se-á tendo uma visão modelística, acrítica, aplicável em cada realidade espacial pesquisada, como constante imutável; é nisto que reside o papel ideológico e alienante da visão paradigmática. Situação esta que aqui se propõem total refutação.

## O espaço como palco de reaproximação

Nesse sentido, tomando a realidade espacial sob um olhar geográfico, então, como fugir desta dimensão alienante? Para refletir isto tomamos, aqui, algumas considerações a partir de Milton Santos (2006, p.39).

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes. Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Nota-se que ao tratar da relação entre sistema de ações e de objetos, Milton Santos nos coloca em evidência o movimento dialético em que o espaço é produzido em sua totalidade. Então, na realidade processual das ideias de um sistema internacional é que o espaço poderá ser dinamizado e transformado. Nesta linha o referido autor (1995, p.14), também argumenta que, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório entre sistemas de objetos e sistemas de ações não considerados isoladamente, mas num quadro único no qual se dá”. Então, através da artificialização produzida, vai fazendo que o espaço seja marcado pelo processo de tecnificação a serviço das forças geoeconômicas que movem a realidade.

Há aqueles veem isto como um processo natural de transformação em uma base puramente tecnológica e informacional, tendo total soberania às outras condições e formações subsistentes. Desta forma, não veem que é nesta condição que o objeto posto, colocado como detentor da definição das ações, geralmente em redes, é o poder opressor. A reação se dá com as forças que não entra na integração da rede, isto é, que não compartilha do sistema hegemônico, mas compartilham apenas do espaço em que todos os entes comuns se realizam – o “espaço de todos” (SANTOS, 2006), local onde o mercado produz a interação do lugar com as redes.

Nisso, então, o aparente “caos gerado” é a resistência e o conflito como processo que freia as manifestações hegemônicas do capital, quando este a tudo tenta equalizar, isto é, tornar sua imagem e semelhança como mercadoria (SILVA, 2005). Portanto, como vimos, é no enfrentamento do espaço das redes hegemônicas que se forma o ambiente do encontro destes “entes mundializados” com os sujeitos que detém “ações localizadas”. É onde o conhecimento formal acadêmico que ampara as redes e se defronta com o conhecimento do senso espacializante, manifestando-se na luta pelo seu lugar.

Desta forma, o capital como motor que promove a produção do espaço, está sempre em embate com essas forças na busca para territorializar suas bases materiais de reprodução. Assim, conforme explicitou Harvey (1989, p.217).

Se o espaço deve ser de fato pensado como um sistema de contêineres do poder social [...], segue-se que a acumulação do capital desconstrói perpetuamente esse poder social ao dar nova forma às suas bases geográficas. Dito de outra maneira, toda luta para reconstruir relações de poder é uma batalha para reorganizar as bases espaciais desta. É a luz disso que podemos melhor compreender porque o capitalismo reterritorializa sem parar com uma mão o que estava desterritorializando com a outra [...].

Nesse processo, portanto, é que, no conjunto do que une as ações e objetos que se dá a formação da materialidade espacial em sua totalidade. Tal materialidade se reflete nos jogos das forças em disputa no espaço local. Então, se o capital está constantemente a se reterritorializar sobre espaço que estava sob outra territorialização, há a presença constante de uma ação criativa que, por um lado padroniza o espaço produzido por forças hegemônicas e, por outro lado, criam resistências no espaço local por aqueles que estão sendo expropriados; isto leva a novas organizações de luta por espaço. Neste processo situa-se o *locus* da capacidade geográfica das ações sociais/humanas na resistência e construção do lugar.

Essas são as faces da espacialidade humana como resultado dos conflitos que se trava na produção social da realidade vivida em sua totalidade. Então, se poderá entender e agir na diversidade das paisagens produzidas que vai do luxuoso bairro à favela urbana; da floresta vista e vendida com reserva

compensatória às terras conquistadas para uma reserva extrativista; das queimadas clandestinas nos latifúndios, não visto pela fiscalização corrompida aos roçados dos colonos que queimam para plantar e colher seu sustento, quase sempre reprimidos pelos órgãos ambientais; e, tantas outras situações.

Como expressão desse processo que produz o espaço e suas contradições, há, portanto, as delimitações de domínio de poder exercido sobre ele – é a espacialidade humana & a espacialidade do capital. É neste sentido que se produz o território do capital e integra-o a rede mundializante. O confronto que surge é da luta por territórios (espaços produzidos), perante a segregação promovida pela expansão do capital. Assim, é na dialética da resistência do “espaço de todos”, como expressão das contradições, que se forma o espaço de contestação, como manifestação de esperança do senso espacializante na luta das classes subalternas, por lugares para viver, para morar, para trabalhar entre outras demandas na superação da subalternidade.

Por fim, pode-se dizer que é a luta no sentido dos embates diversos que se travam na horizontalização das ações, a condição basilar para se rever a lógica da compreensão paradigmática da Ciência Geográfica. Mas é também a entrada para se perceber como o conhecimento e as ações espacializante do “espaço de todos” podem ser as condições fundamentais para análises e estudos mais realistas na instrumentalização de uma Geografia Nova para interpretar a realidade vivida. Com tudo isto, o espaço produzido em bases processuais reais é a dimensão do reencontro e local da partida para uma *práxis* geográfica nova, socialmente comprometida e apta às transformações.

### Referências Bibliográficas

AQUINO, Rubim S. L. de, et al. **História das sociedades:** das sociedades modernas às sociedades atuais. 2.ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1983.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia, Ciência da Sociedade:** uma introdução a análise do pensamento Geográfico. São Paulo: Atlas, 1992.

BOLLNOW, O. Friedrich. **Hombre y Espacio.** Barcelona: Labor, 1969

BAUAB, Fabrício P. *Idade média e conhecimento geográfico.* **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, Jan./Jul./2007, p.149-165.

BROEK, Jan O. M. **Iniciação ao estudo da Geografia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976

CAUVIN, Jacques. **Nascimento das divindades, nascimento da agricultura: a revolução dos símbolos no neolítico**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FROMM, Eric. **Análise do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1961.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1989.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.

LEBON, J. H. G. **Introdução à Geografia Humana**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991. 216p. (Série: Temas)

MOREIRA, Rui. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

KIMBLE, G. H. T. **A Geografia na Idade Média**. 2.ed. Londrina: Eduel, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

KRETSCHMER, Konrad. **História de la Geografia**. 3.ed. Barcelona: Editorial Labor S.A., 1942.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

\_\_\_\_\_. Os grandes projetos: sistemas de ação e dinâmica Espacial. In CASTRO, Edna, MOURA, Edila A. F. , MAIA, Maria Lucia Sá. **Industrialização e grandes projetos**. Belém: EDUFPA, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálisis**. vol. 12 no.1, Florianópolis Jan./June 2009.

SILVA, Silvio S. da. **Resistência Camponesa e Desenvolvimento Agrário: uma análise a partir da realidade Amazônia-Acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2011.

SODRÉ, N.W. **Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1976. 135 p.

SOUZA, Michel Aires de. O que é paradigma segundo Thomas Kuhn? **Publicado em 02/07/2012** **Filosofonet: Introdução à Filosofia**. <http://filosofonet.wordpress.com/2012/07/02/o-que-e-paradigma-segundo-thomas-kuhn/>